



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de junho de 2022, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos (PS), declarou aberta a sessão, passando de imediato ao ponto seguinte.

2. Apreciação de parecer da CAE para pronúncia da Assembleia da República no âmbito de matérias de competência legislativa reservada que estejam pendentes de decisão em órgãos da União Europeia (nos termos dos artigos 1.º-A e 2.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua atual versão): Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política [[COM\(2021\) 731](#)] – Parecer emitido pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Miguel Iglésias (PS)

O Senhor Presidente começou por justificar a realização da presente reunião com a necessidade urgente de informar o Governo sobre a posição da Assembleia relativamente à matéria subjacente ao parecer, lamentando o facto de a documentação não ter sido distribuída atempadamente. Mencionou, em seguida que o parecer emitido pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) apresentava reservas quanto a algumas das matérias constantes da iniciativa europeia, as quais não justificavam uma necessidade absoluta de se legislar a nível europeu.

A Senhora Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputada Edite Estrela (PS) interpelou a mesa, dando nota de que a matéria em discussão foi debatida na Conferência de Líderes que teve lugar no presente dia, pelo que os líderes, atendendo à urgência do assunto, concordaram com a sua tramitação, nomeadamente a sua discussão e agendamento na próxima reunião plenária para o efeito.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS) procedeu à apresentação do parecer, seguindo-se a intervenção do Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que começou por referir a existência, do ponto de vista processual, de uma situação atípica que concorre com a boa apreciação e pronúncia sobre esta matéria, devendo, sempre que possível, evitar tais situações. Em seguida, sublinhou a pertinência das conclusões do parecer do CACDLG, particularmente as relacionadas com os Direitos, Liberdades e Garantias e a proteção de dados, e que deveriam ser clarificadas, concluindo informando que o seu grupo parlamentar abster-se-ia na votação do parecer.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que o parecer da Comissão de Assuntos Europeus não levava em consideração as preocupações manifestadas pela CACDLG, cujo parecer remete para uma oposição à adoção da iniciativa europeia, pelo que as mesmas deveriam estar refletidas no parecer da CAE. Mencionou que o seu grupo parlamentar entende estarem violados os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade, o que não está espelhado no parecer da CAE pelo que, por este motivo, o grupo parlamentar do PCP não poderá acompanhar nem o parecer da CAE nem o respetivo projeto de resolução.

A este respeito, o Presidente da Comissão esclareceu que, ao abrigo da Lei 43/2006, na sua redação atual, nesta sede não se analisam os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, mas sim o conteúdo da iniciativa europeia.

O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) destacou a existência de incongruências no parecer da CAE, nomeadamente, o facto de no ponto 3 referir-se que o autor do parecer subscreve o parecer emitido pela CACDLG e, nos pontos 6 e 7, referir-se que está excluída a possibilidade de violação do princípio da subsidiariedade, o que contraria o constante do parecer da CACDLG, devendo ser clarificado.

O Senhor Presidente da CAE esclareceu que o parecer da CAE subscrevia o parecer da CACDLG, exceto no que se refere aos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade, pelo facto de a sua análise não ser realizada nesta sede. Referiu, em seguida, que as reservas apresentadas no parecer do CACDLG poderiam ser



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

enquadradas ou aditadas ao parecer da CAE, em particular, o ponto 2.2 do parecer da CACDLG.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) sugeriu que, ao abrigo do artigo 7.º, n.º 5 da Lei 43/2006 na sua redação atual, a CAE adotasse o parecer da CACDLG como o seu parecer, em consonância com o referido ponto 3 do parecer da CAE na sua versão original, evitando-se uma repetição da análise. O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus referiu que a presente solução levantava a questão relacionada com o projeto de resolução, o qual se encontra anexo ao parecer da CAE. Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS) que referiu que o parecer da CACDLG também será anexado ao parecer da CAE, informando a disponibilidade do grupo parlamentar do PS para alterar o parecer em conformidade com a posição mais consensualizada entre os membros da Comissão.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) manifestou, quanto ao parecer, a sua concordância com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), e reforçou a pertinência de as preocupações manifestadas quanto aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade constarem do parecer da CAE.

Neste contexto, o Senhor Presidente da CAE propôs que o projeto de resolução fosse alterado, no sentido de mencionar as reservas enunciadas no ponto 2.2 do parecer da CACDLG, e de passar a recomendar ao Governo uma posição de abstenção quanto à iniciativa europeia em causa, o que mereceu o acordo dos presentes.

Relativamente ao parecer da CAE e no seguimento da sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL), o Senhor Presidente da Comissão propôs que do mesmo passasse a constar apenas o atual ponto 3, no qual é indicado que a CAE subscreve, integralmente, o parecer da CACDLG. A referida proposta mereceu o acordo dos presentes.

No seguimento do solicitado pelo PCP, o parecer da CAE com as alterações acordadas e o envio do projeto de resolução para discussão e votação em plenário foram votados



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

separadamente. Assim, submetido à votação, o parecer da CAE foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH e do BE.

Seguidamente, submetido a votação, o envio do projeto de resolução para discussão e votação em plenário foi aprovado por maioria, com o voto contra do grupo parlamentar do PCP e abstenção do grupo parlamentar do PSD, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH e do BE.

3. Outros assuntos;

Por não haver outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus encerrou a reunião.

A reunião foi encerrada às 14:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2022.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
João Moura (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bernardo Blanco (IL)
Diana Ferreira (PCP)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Alexandre Simões (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Natália Oliveira (PS)
Rui Lage (PS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª SL

Mariana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

Clara Marques Mendes (PSD)

Bruno Nunes (CH)